tide valologieties

RAFAELLE MONTEIRO DE CASTRO

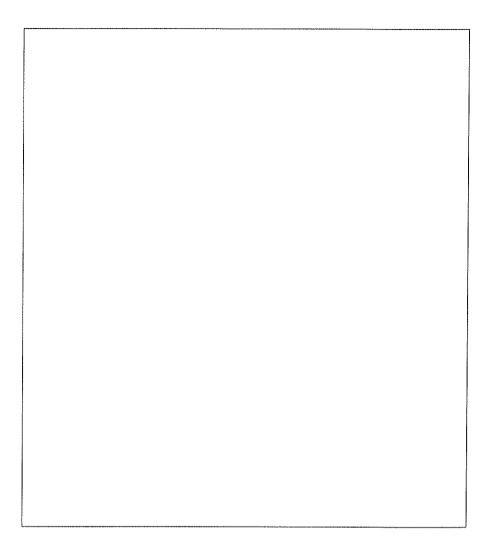
O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ:

considerações sobre os Conflitos Ambientais no município de Itaboraí.

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Especialista em Política e Planejamento Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior Doutor em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ

Trabalho de Conclusão de Curso



Agradecimentos

Aos meus pais e irmãos que já há alguns anos tentam compreender minhas ausências, em especial à Inês, minha mãe.

Ao meu Orientador Orlando Alves dos Santos Junior, pela energia sempre presente, pelo incentivo e compreensão.

Aos Professores e funcionários do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

À Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense pelo financiamento do projeto "Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Transformações Sociais: O caso do Pólo Petroquímico de Itaboraí. Coordenado pelos professores Dr.Marcos Otavio Bezerra (PPGA/UFF) e Dr. Marcelo Carvalho Rosa (PPGDS/UFF)", que custeou parte das despesas em campo no município de Itaboraí.

Para Rodrigo Salles por ter apontado o caminho para o Planejamento Urbano, e por esta bonita amizade que nos cerca, Érica e Otavio. Uma pela cumplicidade e outro por seu apoio incondicional.

A Juliana Rosa por sua alegria e grande contribuição para pesquisa com paciência e dedicação.

A todos os amigos da turma da Especialização por momentos de alegria compartilhados neste período. Ao Babá, Thiago, Filipe, Arthur, Cassiana, Luiz Felipe, Joana, Ed, Larissa, Patrícia, André, João Silva (BML) e Matheus.

Ao João por seu carinho e grande amizade, além das páginas corrigidas.

Finalmente, à Barbara França, por tudo que aprendi e ainda hei de aprender neste mundo acadêmico.

Ah sim... ao Tom Jobim pela "Valsa do Porto das Caixas" que embalou as indas e vindas da não mais distante Itaboraí.

É possível um ato desinteressado?

Illusio [...] é dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele [...] Os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a illusio é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social. (1996:139).

Pierre Bourdieu

CASTRO, Rafaelle Monteiro de. <u>O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ: considerações sobre os conflitos ambientais no município de Itaboraí.</u> Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

O presente artigo tem como objetivo a análise dos conflitos sócio-ambientais gerados no município de Itaboraí (RJ) a partir do processo de implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro — COMPERJ. Observa-se desde o anúncio da escolha do município para sediar o empreendimento em 2006 uma série de alterações que passam a configurá-lo enquanto arena de debates. O trabalho aponta para um questionamento sobre o diálogo estabelecido entre a sociedade civil e a Petrobras, empresa responsável pelo empreendimento, através da investigação do Plano de Relacionamento COMPERJ. A pesquisa de campo realizada junto a sociedade civil do município aponta para os limites e possibilidades da construção de pactos sócio-ambientais que contemplem os diferentes interesses em jogo em torno de grandes projetos, e os desafios decorrentes na perspectiva do controle social e da participação democrática. Por fim, espera-se com esse artigo contribuir para reflexão sobre os possíveis impactos deste projeto na região, na perspectiva de que se avance na discussão incorporando ponderações em torno da sustentabilidade deste grande empreendimento no município.

Palavras-Chave: Impactos sócio-ambientais; Conflitos Ambientais; Gestão democrática.

CASTRO. Rafaelle Monteiro de. <u>O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ: considerações sobre os conflitos ambientais no município de Itaboraí.</u> Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

This article aims to the analysis of socio-environmental conflicts deriving from the process of deploying the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro – COMPERJ in the city of Itaboraí (RJ). There has been since the announcement of the council's choice to host the Complex in 2006 a series of amendments that go to configure it as arena of discussion. This article indicates to a question on the dialogue between civil society and Petrobras, the company responsible for the venture, through study of the Relationship COMPERJ Plan. The field research realized with civil society indicates to the limits and possibilities of building socio-environmental pacts that address the different interests at stake around large projects, and the challenges arising from the perspective of social control and democratic participation . Finally, this article is intend to contribute with the reflection on the possible impacts of this project in the region, the prospect of progress being made in the discussion incorporating balances around the sustainability of this great enterprise in the city of Itaboraí.

Key-Words: Impacts socio-environmental; Environmental Conflicts; Democratic management.

()

Sumains



INTRODUÇÃO	08
Seção 1: A pedra que não se esconde mais: o município (Itaboraí e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.	de 10
Seção 2: Itaboraí no Contexto das desigualdades Socia metropolitanas:desafios para uma gestão democrática.	ais 14
Seção 3: Os impactos socioambientais na implantação o COMPERJ: conflitos de interesses e atores em disputas.	do 19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
ANEXO	29

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar os conflitos sócio-ambientais gerados no processo de implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, no município de Itaboraí, com início em março de 2006.

O COMPERJ será implantado em Itaboraí, no distrito de Porto das Caixas numa área de 45 milhões de metros quadrados que se localiza a 46 km do centro da cidade do Rio de Janeiro. O empreendimento, considerado o maior investimento da história da Petrobras (US\$ 8,38 bilhões), terá como principal objetivo aumentar a produção nacional de derivados do petróleo, prevendo a consolidação do Estado do Rio de Janeiro como grande concentrador de oportunidades de negócios no setor, estimulando assim, a instalação de indústrias de bens de consumo que se utilizam desta matéria-prima.

Além dos interesses e articulações dos políticos do Estado do Rio de Janeiro, que disputaram no campo político o local para sediar o novo empreendimento, o argumento favorável ao território vencedor baseou-se no fato deste dispor de infraestrutura logística adequada, em sua proximidade com outras empresas petroquímicas e áreas disponíveis para uma já prevista expansão do Complexo.

Com o anúncio da implantação do empreendimento no município, podemos observar desde já as articulações para uma série de transformações locais e regionais, tanto no âmbito político, quanto econômico e social.

Os primeiros momentos que sucederam a escolha da cidade para sediar o COMPERJ revelaram o nascimento de uma luta simbólica que desde então passou a alimentar a vida política do município. De um lado, os políticos locais (e dos municípios do entorno) disputando a "paternidade" do empreendimento, configurando um novo campo político, no qual, os interesses simbólicos ligados aos impactos gerados pelo COMPERJ, transformam-se em moeda de troca com a população. De outro, a Petrobras, que através do programa "Plano de Relacionamento do COMPERJ" busca com o discurso do desenvolvimento sustentável local, uma prática de diálogo permanente com a sociedade civil.

Este novo espaço de diálogo configurou-se enquanto uma arena de debates. Nele podemos encontrar tanto atores envolvidos na disputa pela realização de ações voltadas para comunidade, quanto agentes da Petrobras buscando a legitimação e aceitação da população no que diz respeito aos possíveis impactos socioeconômicos sofridos.

Por isso, partindo da análise do Plano de Relacionamento implementado pela Petrobras, este trabalho tem como objetivo o questionamento sobre os limites e possibilidades da constituição de pactos sócio-ambientais que contemplem os diferentes interesses em jogo em torno desse projeto e os desafios daí decorrentes na perspectiva do controle social e da participação democrática.

Para atingir tal desafio, esse artigo está estruturado em três seções, além das considerações finais. A primeira seção está dedicada à contextualização histórica e econômica de Itaboraí, e a apresentação do Complexo Petroquímico.

Mais adiante, na segunda seção, com base na configuração do território buscamos nos referenciar do conceito de direito à cidade, trazendo para discussão a questão das desigualdades sociais metropolitanas. O caso estudado será associado a questões que engendram a agenda da Reforma Urbana, partindo do contexto das contradições socioeconômicas inerentes ao município e dos desafios para uma gestão democrática.

Em seguida, incorporamos o conceito de conflitos ambientais, partindo da elaboração de Henri Acselrad sobre as tecnologias de formação de consensos simbólicos e a consequente tentativa de despolitização do conflito. Assim como, a "ambientalização" dos conflitos sociais estruturada por José Sérgio Leite Lopes, que chama a atenção para a interiorização de novas práticas por diferentes grupos sociais a partir da questão ambiental tratada como questão pública.

Também consta na terceira seção, uma síntese do "Plano de Relacionamento do COMPERJ", e a interpretação sobre o seu impacto material e simbólico, além da análise da nova dinâmica política constituída: a relação entre a gestão municipal, sociedade civil organizada e a Petrobras.

Esta pesquisa teve início no ano de 2007 através do acompanhamento de reuniões temáticas realizadas pela Petrobras e pela Prefeitura Municipal de Itaboraí, bem como, entrevistas qualitativas realizadas junto a Federação de Associação de Moradores de Itaboraí e suas respectivas Associações de Moradores, ONGs e empresas envolvidas na execução do Plano de relacionamento do COMPERJ.

Esperamos com esse trabalho contribuir para reflexão sobre os possíveis impactos deste projeto na região, na perspectiva de que se avance na discussão incorporando ponderações em torno da sustentabilidade deste grande empreendimento no município.

Seção 1 — A pedra que não se esconde mais: o município de Itaboraí e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.'

O propósito desta seção é discutir algumas questões relativas ao processo de implantação do COMPERJ. Essas questões serão aqui abordadas numa tentativa de compreender a alteração na trajetória política desse município após a notícia de implantação do empreendimento.

O COMPERJ é um projeto previsto para entrar em operação somente em 2012, ainda que distante no tempo, já induziu significativamente o dinamismo na região na qual está inserido ainda que se encontre no início do projeto básico em processo de licenciamento ambiental. A obra de construção terá duração cinco anos e estima-se que durante este tempo o COMPERJ consiga gerar mais de 200 mil empregos em escala nacional, sejam eles diretos, indiretos e por "efeito-renda", sendo 50 mil após a entrada em operação.

O COMPERJ é fruto da parceria da Petrobras com o grupo Ultra, líder no mercado brasileiro de distribuição de GLP (gás de petróleo liquefeito) e o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

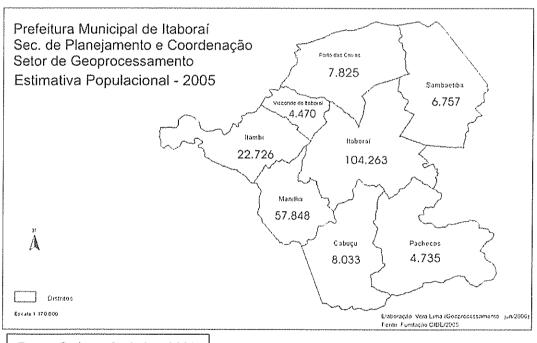
Além de sua dimensão, seu diferencial em relação a outros empreendimentos é a capacidade de transformar o petróleo pesado proveniente da Bacia de Campos (que tradicionalmente é exportado) em resinas plásticas e outros produtos petroquímicos de uso variado. No COMPERJ, o petróleo passará por duas etapas de produção, na primeira, será transformado em produtos petroquímicos básicos, na segunda, estes produtos virarão resina plástica. Estas resinas plásticas serão fornecidas às indústrias de plástico que serão instaladas na região, consideradas indústrias de 3ª geração, e utilizam os produtos petroquímicos na produção de itens para os mais diversos segmentos de consumo, desde utensílios de plásticos, tintas, embalagens e tecidos até componentes para computadores, veículos, navios e aviões.

()

Segundo a argumentação da Petrobras, o município de Itaboraí foi escolhido para sediar o projeto COMPERJ por dispor de infra-estrutura logística adequada, principalmente, por sua proximidade com os portos de Itaguaí e Rio de Janeiro, e por ser atendido por rodovias ferrovias, além de sinergias com a REDUC (Refinaria de Duque de Caxias) e proximidade com o CENPES – Centro de Pesquisa Leopoldo Américo Miguez de Mello, centro de tecnologia da Petrobras.

A Petrobras está construindo também um Centro de Integração com sede fixa no município de São Gonçalo, que atenderá toda a região impactada através de unidades móveis. O objetivo é capacitar cerca de 30 mil profissionais da região, em 78 tipos de cursos gratuitos. Desse total, 78% serão em nível básico, 21% em nível técnico e 1% em nível superior. Os profissionais capacitados pelo Centro de Integração farão parte de um banco de dados de candidatos a empregos no COMPERJ e nas empresas que serão atraídas para a região.

De acordo com os dados da Fundação CIDE, em 2005 estimava-se que a população de Itaboraí contava com 216.657 habitantes distribuídos em oito distritos, são eles: 1°) Itaboraí, 2°) Porto das Caixas, 3°) Itambi, 4°) Sambaetiba, 5°) Visconde de Itaboraí, 6°) Cabuçu, 7°) Manilha e 8°) Pacheco.



Fonte: Caderno Itadados, 2005

Com uma área total de 429,3 km, o município de Itaboraí apresenta variadas taxas de urbanização em cada distrito, concentrando maiores índices de urbanização em apenas três deles, Itaboraí, Itambi e Manilha. Estes três distritos juntos somam aproximadamente 180 mil habitantes. Em sua maioria, com exceção destes três distritos, a área urbana é inferior à área rural, como Porto das Caixas que de sua área total de 51,6 km apenas 4,6 km de área urbana.

Itaboraí significa "pedra bonita escondida na água", este nome de origem tupi foi dado pelas tribos indígenas que habitavam a região. Segundo consta na história, os

colonizadores observaram que os nativos utilizavam uma fonte de água que ficava na área mais elevada, hoje atual centro histórico da cidade, e chamaram o local de Itaboraí.

A história de todo município de Itaboraí, está diretamente ligada à história de seu segundo distrito, Porto das Caixas. O distrito de Porto das Caixas possui uma rica memória, que atualmente é resgatada pelo protagonismo local despertado na implantação do COMPERJ. A localidade teve o seu desenvolvimento favorecido pela dinâmica do comércio que se estabeleceu com o transporte fluvial e que escoava toda a produção de açúcar de vários municípios fluminenses. O distrito foi um grande centro comercial, um grande empório que ligava a capital da colônia ao interior do estado.²

Itaboraí foi uma das regiões fluminenses mais prósperas do Rio de Janeiro no século XIX, chegando a disputar a indicação para ser a capital da província do Rio de Janeiro, perdendo por apenas um voto para a cidade de Niterói.

Diante das inúmeras curiosidades sobre Porto das Caixas está o fato do distrito apresentar consideráveis paisagens naturais e históricas . É lá que se localizam as ruínas do convento de São Boaventura, uma das "vilas fluminenses" desaparecidas do séc.XIX.

A fundação da Vila de São João de Itaboraí, em 1833, ocorreu em grande parte devido ao surto cafeeiro, que dinamizou a economia da cidade. Outro fator que contribuiu para a fundação da Vila foi a influência política do Visconde de Itaboraí, que dentre outros cargos foi presidente da Província do Rio de Janeiro e grande proprietário de terras da região. A Vila foi instalada numa pequena colina para evitar as áreas alagadiças — onde se localiza atualmente a praça central, concentrando todo o poder político do município.

No que diz respeito à economia do município, a agricultura de Itaboraí passou por períodos de grande importância com a cultura da cana, o plantio e o comércio do café e o cultivo de produtos básicos para a alimentação como a mandioca e o milho.

Entretanto, nenhum produto adquiriu para o Município um significado tão grande quanto a cultura da laranja já no século XX. A cidade ficou conhecida como "terra da laranja" e ainda hoje é assim reconhecida, mesmo com a produção praticamente extinta.

Outra atividade característica do município é a cerâmica. A vocação local vem desde os povos indígenas que habitavam a região. Mas foi durante o século XIX que a cerâmica apresentou crescimento favorecido pelo surto de urbanização no Estado que ocorreu com a chegada da Família Real no Rio de Janeiro em 1808. Porém, com o

declínio das construções nos grandes centros em relação a produção das olarias não foi diferente.

O município revela muitas curiosidades, principalmente no distrito de Porto das Caixas. Por exemplo, em janeiro de 1968 uma imagem do Cristo Crucificado que estava no altar da Igreja central teria sangrado diante dos fiéis, após vários estudos a Igreja Católica caracterizou os acontecimentos como um milagre, criando uma expressiva tradição de turismo religioso na localidade. Para muitos moradores do local, esta "nova era" do distrito significa uma era de renascimento para o município, pois Itaboraí volta as suas origens, as margens do Rio Macacu.

Seção 2 - Itaboraí no contexto das desigualdades sociais metropolitanas: desafios para uma gestão democrática.

Voltando a realidade atual do município, perceberemos que dentre suas principais atividades econômicas³ ainda estão: a manufatura cerâmica, citricultura, agricultura de subsistência, apicultura, pecuária extensiva, e outras atividades do setor primário, apresentando também atividades do setor terciário (comércio e serviços). A cidade vem desde o final da década de 60, atravessando uma fase de intensas mudanças, seja pelo crescimento acelerado de sua população, seja por suas atividades econômicas. Passando de uma economia rural (sobretudo produção de laranjas) com a população na faixa de 50 mil habitantes, para quatro vezes mais habitantes e uma economia fortemente dependente de atividades comerciais e de serviços.

Constantemente a cidade sofre alterações em seu território, porém, a obra que trouxe o maior impacto para toda a região foi a construção da Ponte Rio — Niterói, em 1974. Foi a partir deste período que o crescimento populacional foi acelerado e as antigas áreas agrícolas foram gradativamente sendo transformadas em loteamentos a espera de ocupação. A década de 1970 foi um marco para o município, pois desde então sua área foi intensamente loteada, (quase 160 mil lotes), entretanto, a oferta de serviços sociais e de infra-estrutura não acompanhou a velocidade desse crescimento. Resultado, um quadro de carências generalizadas, sem capacidade financeira para prover o atendimento exigido. Segundo o secretário de Planejamento de Itaboraí, Paulo Roberto de Toledo ainda há em Itaboraí 80 mil lotes sem estrutura, o que pode ser agravado com o início das obras de construção do COMPERJ, já que atrairá uma intensa mão-de-obra a ser absorvida pelo município.

()

Já na década de 1980, a construção da rodovia BR-101 provocou novas formas de organização do espaço em Itaboraí, esta nova rodovia, que liga Niterói a Manilha foi construída na primeira metade da década de 1980 e inaugurada em 1985, reduzindo o tempo de viagem entre as duas cidades. A construção da rodovia influenciou o surgimento dos condomínios na década de 1990 e a ocupação destas áreas por pessoas provenientes do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo atraídas pela facilidade de acesso e baixo custo de vida.

Sua caracterização enquanto "Cidade dormitório", retrata os problemas relacionados ao transporte público e a mobilidade urbana, visto que o fluxo intenso de

U. R. N. U. DILLETTICA I P P II R

trabalhadores para São Gonçalo. Niterói ou Rio de Janeiro é facilitado, enquanto que é possível notar a ausência de racionalização do fluxo dentro do município.

Existe uma notória segregação sócio-espacial dentro do município, e ao mesmo tempo em relação à cidade no contexto da região metropolitana. O que nos faz compreendê-lo enquanto resultado da quase inexistência de políticas públicas na maioria de seus bairros e loteamentos, uma vez que seus habitantes estão distribuídos em 65.609 domicílios, dos quais apenas 24,2% têm acesso à rede geral de abastecimento de água, 28,2% estão ligados à rede geral de esgoto sanitário, e 60,1% têm coleta regular de lixo. ⁴

Além dos dados sócio-econômicos, que dão embasamento no que diz respeito às desigualdades, outra informação importante para esta pesquisa é que ainda prevalece no município o modelo de favorecimento pessoal, em que as tradicionais famílias se alocam nas áreas privilegiadas dividindo seu espaço com seguimentos de decisão do município. Enquanto isso, grande parcela da população não detém ao menos de infraestrutura básica para moradia digna.

Não obstante, foi neste cenário que os moradores receberam a primeira notícia que mudaria já de imediato o quadro de suas angústias:

Nem campos, como queria Rosinha, nem Itaguaí, como chegou a querer o governo Lula. Semana que vem Lula bate o bumbo e anuncia que a nova refinaria será... em Itaboraí. A cidade, conhecida pela cerâmica, fica no caminho da Região dos Lagos e do Norte Fluminense.⁵

A partir de então, o "novo integrante da sociedade", - como definiu o gerente de Relacionamento Externo da Petrobras, Oliver Gottlieb - passaria a dividir com seus vizinhos no município a vida de uma cidade com muitos problemas.

A população local não acreditou de imediato que o município teria sido escolhido para sediar o COMPERJ, seja por desconhecimento dos trâmites legais ou desesperança, expressa na fala de uma moradora local: "se fosse pra chegar já tinha chegado". Somente diante da ação maciça da empresa na construção de um diálogo para iniciar o processo de indenização das famílias desapropriadas, a população foi finalmente convencida de que alguma coisa estaria por vir.

Diante dessa possibilidade de renovação socioeconômica do município, como expressada na III Conferência Municipal do Município de Itaboraí, há também a esperança de uma nova forma de gestão da cidade, esperança esta que passados dois

anos desde a notícia da implantação ainda está sendo construída pelos atores que atuam na luta pela melhoria de sua cidade. Algumas conquistas já podem ser analisadas como advindas do efeito-COMPERJ⁶.

O efeito-COMPERJ transformou o município em uma arena de debates, além de provocar transformações no território, como aumento do fluxo do trânsito em Porto das Caixas e atração de migrantes do Estado do Rio de Janeiro. Porém, é de ordem política que vêm as alterações mais significativas como o aumento da incidência da participação política da comunidade, representada pelas Associações de Moradores, através do aumento representativo no número de reuniões com o poder público local e estadual.

Na sociologia a palavra participação ganhou, nas últimas décadas, o estatuto de uma medida de cidadania e está associada a uma outra categoria que é a da exclusão social. "Algumas vezes 'participação' é olhada como um componente da definição de integração. Se alguém é apto a participar ele está integrado" (Stassen, 1999)⁷.

A oportunidade de protagonizar o debate sobre os problemas que o município encontra hoje está sendo, parcialmente, utilizado pelos atores sociais para garantir sua integração e participação na construção do futuro de sua cidade.

Levando em conta o contexto das desigualdades sócio-espaciais encontradas hoje no município, tomamos o conceito de Reforma Urbana para fundamentar o debate e atentar para o fato de que o "direito à cidade" deve estar contido no iminente modelo de gestão urbana aguardado pelo efeito-COMPERJ.

A Reforma Urbana surge da necessidade de conter o avanço dos problemas urbanos e sociais agravados pelos processos de Urbanização e Industrialização brasileiros. Na medida em que estes se consolidavam, erguiam-se barreiras de representações sociais altamente nocivas à cidade, consolidando assim, uma eterna luta política.

Apesar do foco de discussão sobre a reforma urbana ter iniciado na década de 1960, é somente na década de 1980 durante o momento de participação nacional em torno da elaboração da nova constituição, que esta será resgatada. Esta ação resultou na formulação de um capítulo específico - fruto de uma Emenda Popular - sobre a questão urbana, representado pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

Evidentemente que a possibilidade da política urbana ser realizada de "baixo para cima", diferente da política urbana exercida pelos militares, necessitaria de uma

legislação federal específica, o que só ocorreu depois de uma longa espera, em 2001 com a Lei 10257, denominada Estatuto da Cidade (RIBEIRO e CARDOSO, 2003).

O Estatuto da Cidade incorporou boa parte dos princípios da agenda urbana transformando-os em instrumentos que garantiriam a função social da cidade.

A função social da cidade é entendida como a prevalência do interesse comum sobre o interesse individual de propriedade, o que implica o uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano (GRAZIA, 2003:54).

Os avanços propostos pela Lei traçam a aproximação entre população e governantes, visando à construção de uma gestão onde a população estará participando ativamente das ações para o futuro da sua cidade. Ainda assim, tendo em vista a concepção de Orlando Alves Santos Júnior (1995), não devemos ocultar o fato de que as transformações recentes na política urbana devem passar por uma discussão sobre os limites, as possibilidades e os desafios deste novo padrão de gestão local, partindo dos avanços alcançados e da compreensão dos dilemas a serem enfrentados. Desta forma, "o grande desafio refere-se à produção de alternativas para as desigualdades sociais nas cidades que enfrente as tendências ao desenvolvimento desigual que se verificam no cenário urbano brasileiro" (SANTOS JUNIOR, 2007:309).

()

No debate em torno da participação da sociedade civil, Maria da Glória Gohn ajuda-nos a refletir sobre o comportamento dos atores sociais do município enquanto novos sujeitos de poder. Aludindo ao fato de que a construção da emancipação dos indivíduos ocorre na prática cotidiana, no jogo diário de relacionamentos em que a meta é a autonomia dos sujeitos. Desta forma, podemos apontar a retomada da participação dos moradores através das Associações Comunitárias a partir do ano 2006, como fruto da nova forma de atuação dos sujeitos e transformações políticas no município.

Na maioria dos casos observados no município a Associação de Moradores foi transformada pelos políticos locais e pela Petrobras em moeda de troca com a comunidade. Em nome do interesse em se apropriar de alguma forma dos bons resultados trazidos pelo empreendimento, associações de moradores transformaram-se em principais facilitadores da instalação do empreendimento, mesmo sabendo que o mesmo pode causar muitos danos não só ao meio ambiente, mas também à infra-

estrutura da cidade que será afetada diretamente, como previsto no Relatório de Impacto Ambiental.

Em Itaboraí pudemos observar a introdução de novas práticas de gestão democráticas surgidas a partir do processo de implantação do COMPERJ, o que pode demonstrar o quanto a chegada do novo empreendimento possibilitou ao município uma nova forma de administração da cidade, pondo em exercício os marcos regulatórios estabelecidos pela Constituição de 1988.

No entanto, a utilização de novos instrumentos do planejamento urbano (Plano Diretor, Audiências Públicas, Conferências Municipais, etc.) diante do Efeito-COMPERJ esbarram em questões que muitas vezes impedem os elementos de gestão participativa de vigorar nos espaços públicos, isto se dá pela constituição de interesses particulares engendrados nas ações dos atores locais, sejam representantes da sociedade civil, políticos ou empresários.

Seção 3 – Os impactos socioambientais na implantação do COMPERJ: conflitos de interesses e atores em disputa.

Pretende-se nesta seção traçar uma abordagem crítica sobre o processo de instalação do complexo petroquímico em Itaboraí. Além de analisar o comportamento da empresa responsável pelo projeto e sua relação com a cidade e com o meio-ambiente, retratar os diferentes sentidos e usos da "participação da população" do município no controle do meio ambiente.

O avanço da questão ambiental entre a década de 1970 e o início do século XX marca o crescimento da importância institucional de questões relacionadas ao meio ambiente enquanto questão pública. A partir de então se aprofunda a interiorização de novas práticas que têm a educação ambiental não só como novo código de conduta individual e coletiva, mas como forma de gerar também diferenciação de poder.

Neste contexto de alterações significativas em torno da questão ambiental podemos destacar desde seu ponto inicial, a Conferência da ONU sobre o meio ambiente em Estocolmo em 1972; a criação de órgãos reguladores como a FEEMA em 1975 – quando foi criada a figura do licenciamento ambiental; a criação da Lei de ação social pública em 1985 – que disciplinava a ação civil pública por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, etc.; e as resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente - de 1986 que implementavam a Política Nacional de Avaliação de impactos ambientais e os avanços obtidos com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Estes instrumentos ajudaram a delinear a institucionalização da questão ambiental, e grande parte deles, viriam a se tornar marcos para implantação não só de grandes empreendimentos em todo Brasil, mas numa nova forma de atuação da sociedade civil.

Esta nova forma de atuação da sociedade civil, desde a Constituição de 1988 para os dias atuais, nem sempre se estende às práticas cotidianas da população, ou à vida política do município. No entanto, a "publicização" da questão ambiental, avança sugerindo mudanças que configuram um novo padrão de desenvolvimento econômico, com sustentabilidade.

O antropólogo José Sérgio Leite Lopes, cria o neologismo "ambientalização" para caracterizar as transformações da questão ambiental "associada a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais (...) das diferentes facetas da questão pública do 'meio ambiente'" (LOPES, 2004:54).

O processo de "ambientalização" pode ser observado na implantação do COMPERJ, pois com presença de um empreendimento deste porte no município, não poderia ser diferente. Neste contexto, surgem como protagonistas do desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro, os cidadãos da recém-criada "região Leste Fluminense".

Nosso recorte baseia-se na pesquisa realizada ao longo do ano de 2007, e início de 2008, no acompanhamento da mobilização da sociedade civil no município de Itaboraí realizada pela Petrobras - especificamente as Associações de Moradores, frente ao objetivo de alcançar a estabilidade no processo de licenciamento do empreendimento.

Outra importante definição que norteia este trabalho é a de Conflitos Ambientais, conceito trabalhado por Henri Acselrad. Segundo o autor, Conflitos Ambientais "são aqueles que envolvem grupos socais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território" (ACSELRAD, 2004:26) e que ocorrem quando pelo menos um dos grupos sofre ameaça de impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Quando diferentes atores apropriam-se técnica, social, cultural ou simbolicamente de um mesmo território reproduz-se o conflito ambiental. Seguindo a teoria social de Pierre Bourdieu, a distribuição dos agentes no interior do espaço social, segue uma diferenciação que "constitui espaços de conflito pela posse de espécies de poder/capital específicos" (ACSELRAD, 2004:19).

Trazida por Pierre Bourdieu, a idéia de campo, significa o "espaço multidimensional" de posições no qual os atores distribuem-se de acordo com o volume de capital acumulado - que pode ser simbólico, econômico, político, cultural, etc.

Todo campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. (...) Posto isso, a força simbólica das partes envolvidas nesta luta nunca é completamente independente de sua posição no jogo, mesmo que o poder propriamente simbólico da nomeação constitua uma força relativamente autônoma perante as outras formas de força social" (BOURDIEU, 1989:150).

Desta forma, a idéia de campo constitui-se como conceito chave para analisar de que modo a questão ambiental está motivando a disseminação de poder sobre os atores sociais no município de Itaboraí. E mais, de que forma, as estratégias discursivas da

Petrobras configuram-se enquanto forças opostas às estruturas de poder dos atores sociais deste campo, baseadas na recém-criada esfera "ambientalizada".

Assim, ilustraremos a questão partindo de uma análise do projeto de Relacionamento COMPERJ que foi elaborado pela Petrobras com a missão de subsidiar a relação entre o empreendimento e a população de Itaboraí.

Além de uma prática de diálogo permanente com a população, o projeto também prevê ações voltadas para o desenvolvimento sustentável local. Este projeto insere-se no Programa de Comunicação e Responsabilidade Ambiental que foi criado pela Estatal para compor o Estudo de Impacto Ambiental (EIA)⁹ e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). O objetivo final do Programa de Comunicação Social é minimizar os impactos efetivos e potenciais do empreendimento, para evitar conflitos capazes de interferir no andamento normal das atividades previstas. Seu público-alvo é a população residente nas comunidades localizadas nas áreas diretamente impactadas e dos municípios da área de influência, e também do poder público e organizações governamentais. Sua principal meta é consolidar uma imagem positiva do empreendimento e da atuação da empresa junto à comunidade.

A análise da ação da empresa responsável pela execução do Projeto de relacionamento COMPERJ dá projeção à idéia de que há no processo de instalação do COMPERJ, a utilização de arenas públicas para legitimar o processo de aceitação, pela população local, consolidada através do processo de licenciamento ambiental. O que Henri Acselrad denomina de "Tecnologia de Formação de consensos".

Os "consensos simbólicos", ou seja, "uma aparência de estabilidade" são formulados de modo a caracterizar todo litígio como problema a ser eliminado (LEROY [et al.], 2003:178). Portanto: "A vontade de indiferenciação social disposta no interior dos espaços ditos de 'parceria', por exemplo, tende a favorecer o desenvolvimento de uma espécie de democracia imagética" (ACSELRAD, 2004:29).

A empresa de consultoria Cena Brasileira foi a primeira empresa contratada para executar o projeto de relacionamento COMPERJ. Seu principal objetivo de trabalho foi realizar um breve levantamento sócio-econômico da região, bem como a sociabilização das informações sobre os detalhes do empreendimento à população local. Mas como também previsto para o projeto, promoveria ações voltadas para a preservação de talentos e recursos locais do município.

A execução do projeto pela Cena Brasileira teve duração de nove meses, seis dedicados ao mapeamento sócio-econômico, contando também com um levantamento

sobre as necessidades e potencialidades econômicas do município, e três meses dedicados a consolidação do "desenvolvimento comunitário" como denominou a empresa contratada pela Petrobras.

A primeira etapa contou com uma equipe de 15 pessoas - dentre elas, sociólogos, assistentes sociais e jornalistas - para visitar, em seis meses, as noventa famílias que habitavam o raio de 5 km de distância do entorno das instalações do Complexo, e que seriam indenizadas pela desapropriação de seu terreno. Além disso, era fundamental que os profissionais fossem treinados para dar informações sobre o desenvolvimento do projeto.

A equipe realizou entrevistas com os moradores e documentaram o trabalho em fotos e vídeos. As gravações em vídeo foram entregues a Petrobras para produção de dois vídeos, um para a população e outro para a empresa. No vídeo concedido a população chamado "Preservando Talentos e Recursos Locais", consta depoimentos de quase todos os líderes locais da sociedade civil, todos favoráveis à implantação do COMPERJ. Observa-se aí uma forma encontrada pela Petrobras de estabelecer 'parceria' com a população de maneira a constituir um consenso entre os líderes locais no que diz respeito as questões sócio-ambientais advindas do efeito-COMPERJ.

Através do momento de mapeamento da região a Cena Brasileira identificou e convocou para reuniões realizadas semanalmente alguns líderes comunitários com a presença de um representante da Petrobras. O objetivo destas reuniões era "proporcionar elementos técnicos para despertar o potencial de mobilização comunitária do município "10" ou, a preservação do Capital Social do município de Itaboraí. Como resultado, nos três meses dedicados a consolidação do "desenvolvimento comunitário" foram elaborados, em conjunto com a comunidade, oito projetos de desenvolvimento local para cada um dos Distritos do município, como uma forma de exercício. Estes projetos poderão ser apresentados ao poder público e demais órgãos financiadores.

Mais importante do que o mapeamento do local, a Cena Brasileira forneceu como produto final "às fontes de Capital social do município", a identificação das lideranças locais. Para ilustrar a assertiva destacamos como parte da tentativa de estabelecer um "consenso simbólico" por parte da empresa: a confecção de placas em tamanho real para cada liderança reconhecida, onde abaixo de cada foto havia uma frase dita por um daqueles atores locais, por exemplo:

Itaboraí mostra sua gente. Gente de Valor¹¹

"Tomara que este "prêmio" recebido por Itaboraí seja bem compreendido por todos".

"Com a parceria do COMPERJ iremos fazer valer a luz e a esperança de nossa comunidade".

"Estamos juntos fiscalizando, acompanhando e colaborando para a constituição de um projeto em comum".

"Pensar na vinda do COMPERJ é sonhar acordada com a participação da comunidade. O nosso sonho será uma grande realidade"

"É preciso participação. Mas as exigências não podem sufocar os empreendimentos e as associações que já existem na região".

"O COMPERJ chegou a Itaboraí, agora a comunidade tem que fazer frente às mudanças que virão. O diálogo tem que prevalecer"

O Conceito de *capital social* foi utilizado pela Cena Brasileira, por diversas vezes como objetivo final a ser alcançado, e representou o elemento fundamental para formação das lideranças locais:

É um conceito recente, que diz respeito à capacidade de integrar pessoas, através de relações sociais e pessoais, para criar uma rede humana capaz de promover transformações em sua realidade (CD-Rom, 2007).

Nesse sentido, o conceito de capital social foi concebido apenas enquanto a capacidade de obter bens tangíveis através da confiança, reciprocidade e solidariedade da sociedade civil, para fazer com que uma forma de desenvolvimento local fosse impulsionada. No entanto, concebido por Bourdieu,

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...) mas também, são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU 1998:67).

O que quer dizer que o capital social tende a variar em função da mudança de posição dos agentes num determinado campo de interesses, e na medida em que se



movem nesse campo estabelecem uma nova rede de relações. Há de se levar em conta, que a possibilidade de estender suas redes locais pode servir a cada interesse particular dos atores locais, e não somente ao "desenvolvimento comunitário" proposto pela empresa de consultoria.

Desse modo, destacamos que as alterações mais esperadas no município de Itaboraí são de ordem econômica ou transformações no território, todavia, o poder simbólico exercido diariamente por diferentes atores sociais distancia-se das projeções encontradas no Relatório de Impacto Ambiental. Logo, a alteração nas práticas participativas e trajetórias políticas no município, por exemplo, a participação popular, passa a ser tratada então como categoria política que implica em relações de poder e dominação (BEZERRA,2005). O que nos remete a conclusão de que além de uma nova configuração no território, há também uma nova configuração da política do local.

Considerações Finais

()

Buscamos investigar neste artigo a forma como a Petrobras conduziu a implantação deste grande empreendimento no município de Itaboraí. A pesquisa realizada durante todo ano de 2007 permitiu-nos sinalizar para o fato de que a partir do momento em que a empresa se instala no município e passa a ser responsabilizada pelo o projeto de desenvolvimento urbano da cidade, utiliza deste fator como forma de legitimar sua presença no território.

De forma equivocada, a Petrobras passa a ser vista como nova responsável pela gestão da cidade. Desde então, com uma formatação baseada na "prática de diálogo" com a comunidade (estabelecida através do Plano de Relacionamento COMPERJ) para formação de consenso, e composição de um cenário de legitimação do empreendimento, tanto é que a empresa obtém em menos de um ano de início do processo de implantação - considerado um tempo recorde - a obtenção do seu licenciamento ambiental para instalação.

A postura de "parceria" no lugar do enfrentamento representa uma estratégia utilizada por grandes empresas para encobrir os conflitos engendrados no território. Assim, concluímos apontando para a fragilidade no processo de participação democrática neste caso analisado. Pois ainda que alterada a configuração política local, esta alteração se limitou apenas a atores sociais específicos, que estenderam à causa pública os mais diferenciados interesses pessoais.

Referências Bibliográficas

- ASCELRAD, Henri. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In Ascelrad, Henri (org). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. pp. 13-35
- BEZERRA, Marcos Otavio. Práticas Participativas, Formas de Ação Coletiva e Trajetórias Políticas. In: VI Reunión de Antropologia del Mercosur: Identidad, fragmentación y diversidad., 2005, Montevideo. VI Reunión de Antropologia del Mercosur. Programa y Resúmenes., 2005. v. 1. p. 41-41.
- BOURDIEU, Pierre .O poder simbólico. Difel: Memória e Sociedade, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afranio. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus. 1996. p.139-140.
- CARVALHO, Cíntia. Território em transformação possibilidades de um planejamento participativo em Iataboraí RJ. Trabalho Final de Graduação, UFF Escola de Arquitetura e Urbanismo. Orientadora: Fernanda Sanchéz. 1º sem. de 2007.
- GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ongs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. Participação: novas e antigas concepções na gestão pública. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. Anais do IX Encontro da ANPUR Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço.. Rio de Janeiro: Assoc. Nacional de pos Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2001. v. 3. p. 1206-1217.
- GRAZIA, Grazia de. Reforma Urbana e Estatuto da Cidade, in: RIBEIRO, Luiz César Queiroz. CARDOSO. Adauto Lúcio (orgs). Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas de desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.
- LEROY, Jean Pierre. [et al.] Tudo ao Mesmo Tempo Agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LEITE LOPES, José Sérgio. (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (Org). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio: Relume Dumará, 2004.
- MARICATO, Ermínia. Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

- PASE, Hemerson Luiz. Capital Social e Empoderamento. Anais do II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.
- RIBEIRO, Luiz César Queiroz. CARDOSO. Adauto Lúcio (orgs). Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas de desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.
- SANTOS, Danielly Brondani. Desafinando o coro dos contentes: considerações sobre a indústria do Petróleo e Itaboraí. Trabalho Final de Graduação, UFF Escola de Arquitetura e Urbanismo. Orientadora: Sonia Ferraz. Agosto de 2006.
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Reforma Urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: FASE/UFRJ-IPPUR, 1995.
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos . Cidade, Cidadania e Planejamento Urbano: desafios na perspectiva da reforma urbana. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Org.). O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007, v., p. 293-314.

Outras Referências:

- Caderno Itadados Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Itaboraí, 2005.
- Seminário Preservando Talentos e Recursos Locais. Material produzido pela Empresa Cena Brasileira. Itaboraí, 2007. CD–ROM.
- Fundação CIDE Centro de Informações e dados do Rio de Janeiro.
- FEEMA Relatório de Impacto Ambiental Rima COMPERJ 2007.

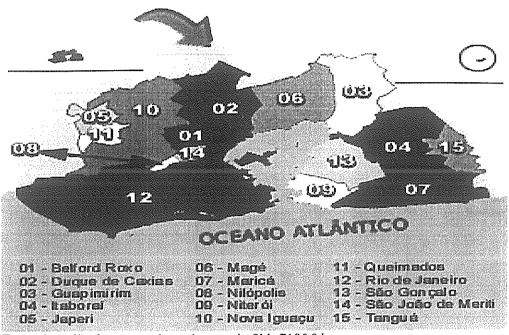
Referência ao enredo da Escola de Samba Caprichosos de Pilares: De Santo Antônio de Sá ao Pólo Petroquímico, 2008.

² O "porto das caixas" - fundado em 1718 no Rio Aldeia que é afluente do Rio Macacu - era o local de embarque de todo o açúcar produzido na região com destino ao porto do Rio de Janeiro de onde era enviado para a Europa. Este porto adquiriu significativa importância, pois diariamente recebia grande quantidade de caixas de açúcar que ficavam depositadas pelo cais, esperando pelo transporte, daí a origem

do nome do distrito. Além do açúcar, o "porto das caixas" também recebia grande quantidade de feijão, farinha de mandioca e mais tarde café proveniente do interior do estado. Era o principal entreposto comercial da época, recebendo toda a produção de gêneros do Norte Fluminense, que eram transportados pelo rio Macacu, até a Baía de Guanabara, de onde eram exportados para o exterior.

- Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Itaborai. Caderno Itadados, 2005.
- 4 Idem.
- GÓIS, Ancelmo. O Globo 15/03/2006. Esta foi a primeira nota divulgada na imprensa sobre a escolha do município para ser sede do COMPERJ.
- Chamaremos de Efeito-COMPERJ os efeitos relacionados a variação de comportamento socioeconômico e político no município após a data do anúncio da escolha para sediar o empreendimento.
- STASSEN, Jean-François.1999. Exclusion and participation: can the excluded become able to participate? Belgium, Université de Liége. Apud GOHN, 2001.
- Direito à cidade, segundo Grazia de Grazia "deve ser entendido como uma nova lógica que universalize o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, a condições de vida digna e ao usofruto de um espaço culturalmente rico e diversificado e, sobretudo, em uma dimensão política de participação ampla dos habitantes das cidades na condução de seus destinos" (GRAZIA,2003:54)
- Os EIA-RIMA são introduzidos em 1986 pelo CONAMA na mecânica do licenciamento, com toda a classificação de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. (LOPES, 2004:22)
- Citação retirada do Documento intitulado "Desenvolvimento Comunitário" CD Rom do Seminário Preservando Talentos e Recursos Locais. Material produzido pela Empresa Cena Brasileira.
- Informação Verbal. Frases ditas por lideranças do municipio, dentre elas, três são de destacadas lideranças que também são ligadas ao governo através de nomeações ou cargos de confiança de políticos locais.

Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=7190&lg=pt